

OS USOS DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: AS POLÍTICAS CULTURAIS E O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL COMO INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO ESTATAL

JEANINY SILVA DOS SANTOS

[RESUMO]

Essa pesquisa trata sobre as políticas culturais da ditadura militar do Brasil, sobretudo, durante o governo Geisel (1974-78), em que as políticas culturais oficiais foram desenvolvidas como parte de um projeto de modernização conservadora. Aponta-se como se deu uso das instituições da área da cultura na ditadura brasileira para fortalece-la, de maneira que o órgão responsável pela gestão do patrimônio passou por uma mudança na sua forma de atuação e em seu alinhamento ao plano cultural em curso no país. Objetiva-se compreender a relação entre cultura e desenvolvimento. Portanto, essa pesquisa busca aprofundar os debates acerca das políticas para o patrimônio brasileiro enquanto parte da modernização proposta pelo governo militar.

Palavras-chave: Ditadura; Desenvolvimento; IPHAN; Patrimônio; Políticas culturais.

[ABSTRACT]

The Uses of Cultural Institutions in the Brazilian Civil-Military Dictatorship: Cultural policies and the Institute of National Artistic Historical Heritage as instruments of state strengthening

This research deals with the cultural policies of Brazil's military dictatorship, especially during the Geisel government (1974-78), in which official cultural policies were developed as part of a conservative modernization project. It is pointed out how the use of cultural institutions in the Brazilian dictatorship was used to strengthen it, so that the body responsible for heritage management underwent a change in the way it operates and its alignment with the cultural plan underway in Brazil. It aims to understand the relationship between culture and development. Therefore, this research seeks to deepen the debates about the policies for the Brazilian heritage as part of the modernization proposed by the military government.

Keywords: Dictatorship; development; IPHAN; Heritage; Cultural policies.

OS USOS DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: AS POLÍTICAS CULTURAIS E O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL COMO INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO ESTATAL

JEANINY SILVA DOS SANTOS

Introdução

O período compreendido entre os anos de 1964 a 1985 foi analisado de diferentes formas. Neste artigo verificaremos a atuação governamental no âmbito da cultura, sobretudo, durante o governo Ernesto Geisel (1974-78), sob a ditadura civil-militar. Observa-se a existência de um planejamento estratégico para a área cultural em 1975, na gestão de Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura, quando houve a aprovação da primeira Política Nacional de Cultura (PNC), elaborada por membros do MEC e do Conselho Federal de Cultura. Conforme aponta Isaura Botelho (2001, p. 66), a política formulada para balizar a gestão de Braga frente ao MEC promoveu a reorganização das instituições, o que permaneceria até a década de 1990. Vale destacar que essa não era a primeira tentativa de se criar uma política para a cultura no contexto da ditadura.

Já havia sido formulado em 1973 o documento denominado “Política Nacional de Cultura: Diretrizes”, com a intenção de delinear as bases das políticas culturais dos anos 1970. Sendo um pedido do Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, o documento foi escrito pelo conselheiro Afonso Arinos de Melo Franco e apresentado pelo Conselho Federal de Cultura no mesmo ano. Segundo Gabriel Cohn (1984, p. 89), a elaboração desse documento foi marcada por pressões e tensões dentro do MEC e em outras instâncias federais que acabaram por engavetá-lo, motivo pelo qual foi suspensa a sua publicação.

Conforme apontado por Sergio Miceli (1984, p. 57), a ditadura, ao defender o “ideário de uma conduta” a ser imposta à sociedade, inseriu a cultura na política social e de desenvolvimento do governo Geisel.

O discurso nacionalista endossado pela ditadura civil-militar foi o aporte para que a cultura fosse vista como questão da Doutrina de Segurança Nacional¹. Instalou-se um complexo sistema repressivo para combater a “subversão” e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem. Para Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p.134), com o início da “distensão”, no governo Geisel, o regime militar passou a atuar na área da cultura não apenas como repressor, mas também como organizador da cultura.

Constituiu-se assim, como meta prioritária do Governo, promover a defesa e a constante valorização da cultura nacional. Caracterizado pela censura a determinado gênero de produção cultural, mas também pela expansão dos investimentos em infraestrutura, o Estado usa o seu poder para forjar uma identidade nacional em torno de determinados símbolos. Como afirma Tatyana Maia (2012, p. 76), “a reforma e a atualização das instituições culturais seriam fundamentais para alcançar o ‘progresso’ e o ‘desenvolvimento’”. Diante dessa conjuntura das instituições culturais, surge um panorama sobre a politização da questão cultural:

o setor cultural sofreu profundas transformações com o aparecimento de novos atores e a participação decisiva do Estado na repressão e no fomento das ações culturais. Como demonstra Sergio Miceli, o Estado investiu na criação de diversas agências, institutos e conselhos como: Instituto Nacional de Cinema (1966); Conselho Federal de Cultura (1966); Embrafilme (1969); Departamento de Assuntos Culturais (1970); Conselho Nacional de Direito Autoral (1973); Centro Nacional de Referência Cultural (1975); Fundação Nacional de Arte (1975); Conselho Nacional de Cinema (1976); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979);

¹ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelos EUA no pós-guerra e readaptada nos países em questão, parte do princípio de que a nação, seus valores, símbolos e deveres está ameaçada por forças subversivas e considera como inimigo interno qualquer forma de pensamento crítico e questionador do status quo. Para a DSN, há dois tipos de inimigos: o interno e o externo. O interno refere-se aos que, desde os movimentos sociais da classe trabalhadora, estudantes, intelectuais, Igreja, questionam o status e a ordem vigente.

OS USOS DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: AS POLÍTICAS CULTURAIS E O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL COMO INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO ESTATAL

JEANINY SILVA DOS SANTOS

Fundação Nacional Pró-Memória (1979). Foram organizados encontros, documentos, programas e campanhas, como o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (1973); o Programa de Ação Cultural (1973); a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1975); o Encontro Nacional de Dirigentes de Museus (1975); a Política Nacional de Cultura (1975); o Seminário Nacional de Artes Cênicas (1979). (MAIA, 2012, p. 38)

Com a intenção de formular e dar continuidade à política cultural oficial, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sofreu mudanças estruturais profundas e foi mais um aparelho para a criação e reinvenção de símbolos e representações do que deveria constituir a memória do povo brasileiro. Como Angela de Castro Gomes (1996, p.146) demonstrou, “a preocupação do passado histórico passara a integrar também um verdadeiro calendário de comemorações de centenários de acontecimentos, de nascimentos ou morte dos mais notáveis vultos de instituições da história do Brasil”.

Desde o anteprojeto, o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi elaborado para ser uma agência federal de proteção ao patrimônio. Já se destacava o caráter estratégico dos bens culturais como artefatos de construção de uma identidade nacional e era exaltada a busca pela brasilidade. Para conduzir o recém-criado SPHAN, o governo de Getúlio Vargas convidou o mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade para assumir o cargo em 1937, no qual ficou até 1967. Ocorreram trocas na nomenclatura até o atual IPHAN.

A partir dos anos 1970, as políticas culturais elaboradas e executadas pelo IPHAN passaram por uma drástica transformação com o fim da era do “Dr. Rodrigo”, período referente à longa gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade, o qual foi sucedido pelo discípulo Renato Soeiro (1967-1979). Além da troca de gestão, houve uma mudança no modo como esse órgão estava alinhado ao plano cultural em curso no país.

O projeto da Política Nacional de Cultura poderia ser considerado como um auxiliar para a construção de um plano de governo voltado para a cultura em meio ao regime autoritário no qual o país estava vivendo. De acordo com Antônio Rubim (2012, p.34), a ditadura reafirmou a triste tradição do vínculo entre cultura e autoritarismo. Naquele período, o Estado brasileiro preocupava-se, principalmente, em criar uma “imagem integrada do Brasil”. O projeto político do governo militar utilizava os recursos simbólicos da memória social para forjar novos conceitos de cultura e identidade nacionais com a finalidade de retratar o *Brasil Potência*², na medida em que assumia a cultura um papel para a construção de um projeto de hegemonia.

A estruturação da Política Nacional de Cultura.

Durante a ditadura, as instituições culturais foram reforçadas e modernizadas, com bases econômicas e políticas. Apesar do autoritarismo, houve a busca por tendências conciliatórias quanto ao imaginário que haveria de se construir sobre o passado do país. Como afirma Carlos Fico, a ditadura civil-militar buscou uma imagem sobre o Brasil que vislumbresse na longa duração aspectos geradores de “esperança e otimismo” (FICO, 1997, p. 19). Durante a ditadura, as políticas culturais atuaram como um agente promotor da unidade, englobando diferentes atores sociais. Conforme destaca Capelato em relação à História Política, é preciso:

(...) recuperar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia, o pensamento, a mentalidade dos governantes, dos grupos dominantes e do homem comum, bem como as representações do poder expressas por toda a parte. (CAPELATO, 1996, p.165)

²A ideia de “Brasil Potência” era expressa em diversas propagandas da ditadura militar, como é trabalhado por autores como Maria Celina D’Araujo e Celso Castro (1997) e Carlos Fico (1997).

OS USOS DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: AS POLÍTICAS CULTURAIS E O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL COMO INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO ESTATAL

JEANINY SILVA DOS SANTOS

O repertório de representações e práticas pensadas para estabelecer os objetivos da cultura nacional estava em pleno diálogo com a Integração e Segurança Nacional difundidas pela propaganda da ditadura militar. É possível identificar três áreas de atuação da ditadura no âmbito da cultura, conforme aponta Natália Fernandes (2013, p. 175):

1) a censura a um tipo de produção cultural considerada subversiva e, por outro lado, o incentivo à produção considerada, pelos governantes, “afinada com a tradição e os valores da cultura brasileira”; 2) os investimentos em infraestrutura, principalmente na área de telecomunicações, que favoreceram a consolidação da indústria cultural entre nós; 3) a criação de órgãos governamentais destinados a regulamentar e organizar a produção e a distribuição cultural pelo território brasileiro. Além disso, tais ações deveriam estar em consonância com o projeto de modernização do país.

Na política nacional de cultura, o tema do patrimônio partia de um imaginário sobre o passado, que tinha como meta conservar o acervo patrimonial constituído e manter viva a memória nacional por meio do mesmo, assegurando a preservação da cultura brasileira. Nesse contexto, o passado é utilizado como referência do Brasil que deveria ser reinterpretado dentro daquela conjuntura, em que o nacional e o regional eram postos em destaque no plano de cultura em voga. A modernização almejada pelo governo só seria consolidada com a investigação e o resgate do passado. Afinal, era a trajetória “única” de formação da sociedade brasileira o que nos garantiria um lugar entre os países potências. Nessa perspectiva, patrimônio e identidade são concebidos como indicadores da essência nacional, sendo integrados aos valores modernos da nacionalidade que se procurava fortalecer. Conforme exposto por Eliana Dutra (2002 p. 26-27):

Assim, a invenção dos lugares de memória; as políticas de conservação do patrimônio; as culturas do museu e suas estratégias de utilidade; os ritos de comemoração e de inauguração, os jubileus; os monumentos; as representações do passado na historiografia, na literatura e no cinema; colocam-se, no nosso entender, no centro das problemáticas de criação, consolidação, difusão e cristalização das culturas políticas. E a sua aquisição e interiorização, tal como consideramos, se inserem também, nas motivações do político.

De acordo com Márcia Chuva e Laís Lavinias (2016, p. 76), configuradas no imaginário social do país ao longo do processo de construção do Estado-nação, essas noções tinham por base a crença de que o Brasil se tornaria uma potência mundial devido à abundância de recursos naturais e a amplitude do território nacional. A cultura política moldada por esse imaginário social partia de cima, da elite, mas só seria efetiva quando alcançasse a população em geral. Segundo Chartier, as “(...) estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (polícias, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras” (1990, p.27). Deste modo, há uma construção da identidade que visa agrupar todos os membros de uma comunidade. A Política Nacional de Cultura foi lançada na tentativa de modificar o discurso de legitimação do regime. Os efeitos do autoritarismo postos na formulação dessa política podem ser vistos logo nas primeiras páginas do documento. Ney Braga, então Ministro da Educação e Cultura, destaca o seguinte:

Traçamos cinco objetivos principais, começando com a própria reflexão sobre qual é o teor da vida do homem brasileiro, passando à preservação do patrimônio, ao incentivo à criatividade – especialmente pela capacitação de recursos humanos para a área da cultura –, à difusão da criação artística e à integração, esta para permitir a fixação da personalidade cultural do Brasil, em harmonia com seus elementos formadores e regionais.

OS USOS DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: AS POLÍTICAS CULTURAIS E O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL COMO INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO ESTATAL

JEANINY SILVA DOS SANTOS

Procurando ser fiel às raízes de nossa personalidade nacional e ambicionando contribuir para o engrandecimento do homem brasileiro, a Política Nacional de Cultura quer concorrer para o humanismo brasileiro, dentro da definição maior do que é o próprio humanismo: a concentração do mundo no homem e a expansão do homem no mundo (PNC, 1975, p. 6)

Dessa forma, a PNC fazia o vínculo entre as noções de cultura, desenvolvimento e segurança nacional. Segundo Botelho, o documento é pautado por contradições que indicam elementos do autoritarismo que o perpassam. De acordo com o autor, as propostas oscilam “entre o respeito à espontaneidade das manifestações culturais e a necessidade de intervenção estatal”; além disso, o documento fala da importância “da modernização e da conservação, do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de se preservar a cultura de seus efeitos ‘maléficos’”. (2001, p. 67).

Buscava-se fomentar as ações culturais durante a ditadura, com políticas ligadas à conservação do patrimônio e reinterpretação dos lugares da memória nacional. Para conquistar o apoio da população, as ideias sobre diversidade regional foram colocadas em destaque, apontando a identidade do brasileiro em uma perspectiva pluralista. Essa perspectiva era coadunada com a intenção de evidenciar as ações do governo nas diferentes regiões do país. De acordo com Capelato e Dutra:

(...) a análise dos imaginários sociais ganha novos possíveis quando se começa a cotejá-los com os interesses sociais, com as estratégias de grupo, a autoridade do discurso, a sua eficácia em termos de uma denominação simbólica, enfim, com as relações entre poder e representação. (CAPELATO; DUTRA, 2000, p. 229).

Neste sentido, o documento da PNC ainda assinala que o desenvolvimento brasileiro não deveria ser apenas econômico, mas sobretudo social. Dentro desse desenvolvimento social há um lugar de destaque para a cultura.

A Política Nacional de Cultura entrelaça-se, como área de recobrimento, com as políticas de segurança e de desenvolvimento; significa, substancialmente, a presença do Estado como elemento de apoio e estímulo à integração do desenvolvimento cultural dentro do processo global de desenvolvimento brasileiro. (PNC, 1975, p. 30)

O documento formava, assim, um conjunto de diretrizes que orientariam e condicionariam as ações governamentais: “Constitui a Política Nacional de Cultura o conjunto de diretrizes que orientam e condicionam a ação governamental, não como dirigismo, mas como instrumento de estímulo e formação” (PNC, 1975, p. 24). Passava-se a ideia de que a ditadura tomava para si a tarefa de incentivar a cultura nacional – ao mesmo tempo em que reprimia as manifestações que destoavam do seu modelo cultural. “Constitui meta prioritária do Governo promover a defesa e a constante valorização da cultura nacional” (PNC, 1975, p. 20). Acreditamos que esse papel de “incentivador” e “defensor” da cultura nacional também foi uma tentativa de “amenizar” a ditadura civil-militar diante das críticas e denúncias que sofria no Brasil e no exterior.

É possível notar o discurso nacionalista que perpassa todo o documento. O caráter sobre o desenvolvimento do país é um dos aspectos mais evidentes. Assim, a proposta dessa política cultural nacionalista deveria ir ao encontro do desenvolvimento do país. Outra noção que aparece com destaque é a identidade cultural, que é referida a partir de uma visão pluralista do Brasil. Essa política buscava marcar a presença do Estado como elemento de estímulo e de apoio às diferentes manifestações culturais, como aspecto da personalidade nacional. Procurava-se considerar a diversidade regional e os meios diversos sobre como a cultura era promovida.

OS USOS DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: AS POLÍTICAS CULTURAIS E O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL COMO INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO ESTATAL

JEANINY SILVA DOS SANTOS

O IPHAN em meio aos usos das instituições de cultura na ditadura.

Com a entrada de Ernesto Geisel como presidente ditador na década de 1970, o Brasil enfrentava mudanças significativas em sua política, com a crise do governo militar e o caminho aberto para a democracia. O uso das instituições culturais foi um dos focos da distensão proposta para melhorar a imagem da ditadura. A dinâmica cultural das instituições sofreu modificações nas suas diretrizes e o desenvolvimento da identidade nacional tornou-se um grande desafio a ser realizado. Nesse processo, o IPHAN teve um papel dentro das diretrizes propostas pela Política Nacional da Cultura, que levaram a mudanças no funcionamento do instituto. A PNC tinha como um dos seus componentes a *Revalidação do patrimônio histórico e científico brasileiro* e o seu objetivo central era conservar os símbolos culturais do país. O IPHAN fomentou as políticas culturais durante a ditadura com programas voltados para a conservação do patrimônio e reinterpretação dos lugares de memória nacional. Para a compreensão desse processo também é preciso olhar para as relações entre as políticas públicas de proteção do patrimônio nacional e a UNESCO, pautada pela Carta de Veneza (1964), a qual tinha como foco a necessidade de um "plano internacional" de conservação e restauração dos monumentos. A Carta colocava a conservação e restauração como atividades interdisciplinares. Defendia que a conservação de bens dependia de sua "função útil à sociedade", mas que deveriam existir limites nas adaptações dos patrimônios. Os monumentos não deveriam ser deslocados, apenas sob perigo de perda e deveriam existir ações para evitar que este risco chegasse. Esse debate internacional influenciou nas políticas culturais brasileiras.

Assim, a participação do Brasil frente a esse contexto internacional ocorre com a sua adesão à Convenção do Patrimônio Mundial em 1972. Essa Convenção introduziu na legislação internacional o alargamento da noção de patrimônio e a responsabilidade por sua gestão ia além da esfera nacional, ainda que a responsabilidade primária coubesse à nação que abrigasse o bem. O conceito era tão atraente que 190 "Estados-partes" ratificaram a Convenção e quase mil bens foram inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, muitos no Brasil.

Para dar início às mudanças estruturais no setor cultural foi instituído o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, criado em 1973 dentro da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN). Conhecido como PCH, integrou as políticas culturais brasileiras do regime militar nos anos 1970 e uma de suas finalidades era estimular o desenvolvimento da indústria turística nacional. O PCH trataria de "criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação." (FONSECA, 2005, p. 143). O PCH passou a ser responsabilidade do IPHAN a partir de 1975. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, a transferência administrativa do PCH para o IPHAN "veio suprir basicamente a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN, continuando a cargo dessa instituição a referência conceitual e técnica". (2005, p. 143). De acordo com Chuva e Lavinias, o PCH foi ampliando suas atribuições, "expandindo seus territórios de atuação e de influência doutrinária dentro das políticas culturais federais" até ser institucionalizado "por meio da sua incorporação por um órgão público cultural" (CHUVA; LAVINAS, 2016, p. 76) – o IPHAN.

OS USOS DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: AS POLÍTICAS CULTURAIS E O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL COMO INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO ESTATAL

JEANINY SILVA DOS SANTOS

Ainda segundo Chuva e Lavinias:

Se analisarmos os modos de implantação das políticas culturais no período, especialmente a partir do PCH, verificamos que elas estavam perfeitamente inseridas no padrão de modernização autoritária que foi implantado à época e que promoveu um aprofundamento do capitalismo no Brasil, associando modernização e repressão. Desse modo, vamos de encontro às teses que enfatizam a perspectiva das políticas culturais como estratégia de abrandamento do regime visando a sua legitimidade. Tais teses, em geral, apontam medidas adotadas no sentido de integrar intelectuais e de apresentar uma imagem suavizada do regime. (CHUVA; LAVINAS, 2016, p.80).

Desse modo, é possível enfatizar as políticas culturais como estratégias do regime visando a sua legitimidade enquanto gestor da cultura e da construção do passado em comum. O PCH permitiu ampliar a função administrativa e financeira do IPHAN e estabelecer mais proteção aos patrimônios.

Conforme apontado acima por Chuva e Lavinias, a problemática que surge aponta medidas adotadas no sentido de integrar intelectuais e instituições para apresentar uma imagem suavizada do regime e reforçar a ideia do “milagre econômico”. A influência da política se fez presente e jogos de acomodação e estratégias conciliatórias ocorreram simultaneamente nas instituições em meio ao autoritarismo que estava no poder. Podemos observar como a defesa da cultura era comparada à política de segurança nacional, pois contribuiria para a unidade nacional e visava construir uma sociedade “aberta” e “progressista”. Tais atitudes, em conjunto com seu “insulamento institucional”, irão garantir a independência e a impressionante continuidade organizacional e administrativa do IPHAN e de seu dirigente (MICELI, 2001, p.362). Elas transformam o IPHAN em algo exemplar para as políticas culturais no Brasil e em muitos outros países.

Como assinala Marilena Chauí (2000), o autoritarismo está impregnado na sociedade brasileira, dada a sua estrutura desigual e elitista. Está impregnado, por exemplo, nas concepções subjacentes às políticas culturais empreendidas quanto ao que pode ser definido como cultura. Segundo Regina Abreu e Mário Chagas (2009, p.13), durante décadas predominou uma política de preservação voltada prioritariamente para o tombamento dos chamados “bens de pedra e cal”. Priorizou-se o tombamento de patrimônios referentes à colonização portuguesa com o objetivo de resguardá-los da destruição, mas sem a preocupação de como poderiam ser divulgados/ensinados para a sociedade. No documento analisado a noção de patrimônio abrange também o paisagístico, o arqueológico e o etnográfico. O IPHAN, durante parte relevante de sua trajetória, privilegiou apenas a cultura monumental, ocidental, branca e católica (MICELI, 2001 e GONÇALVES, 1996). Novas questões passaram a tomar protagonismo a partir da necessidade de promover novos modelos de atuação além do aspecto econômico da cultura. Passou a ser valorizada a diversidade regional para o desenvolvimento da identidade cultural brasileira.

OS USOS DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: AS POLÍTICAS CULTURAIS E O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL COMO INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO ESTATAL

JEANINY SILVA DOS SANTOS

Considerações finais

Como afirmamos ao longo do texto, a Política Nacional de Cultural foi produzida para orientar as diretrizes gerais sobre a cultura no país, de modo a fortalecer essa área durante a gestão Geisel. A política cultural da ditadura foi marcada pela ideia de desenvolvimento e segurança nacional, segundo a qual a identidade nacional e os valores tradicionais seriam direcionadores das instituições culturais. Apresentando ambiguidades e contradições, as relações entre o Estado autoritário, as instituições culturais e as novas perspectivas internacionais quanto ao patrimônio geraram resultados paradoxais. Fizeram parte de um processo complexo de modernização e de construção do que era ser brasileiro e dos símbolos da nacionalidade. Além disso, as discussões acerca do patrimônio cultural brasileiro mudaram nesse período, sendo perceptível no discurso do IPHAN que antes tratava o patrimônio como “artístico e nacional” e passa a adotar a noção de “bens culturais” em consonância com a UNESCO, na nova gestão coordenada por Aloísio Magalhães (1979-1982) já no final do governo Geisel.

Referências

- BOELHO, Isaura. Romance de formação: FURNARTE e Política Cultural 1976-1990. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena. História política. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 161-166, jul. 1996. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/articled/view/2016>>. Acesso em: 21 Jun. 2019.
- _____; DUTRA, Eliane Regina de Freitas. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural Entre Práticas e Representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- CHUVA, Márcia; Lavinias, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 75-98. jan.- abr. 2016.
- COMBLIN, Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. Varia História. Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2002. p. 13-28.
- FICO Carlos. Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FERNANDES, Natalia Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 173-192.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC - IPHAN, 2005 (1997).
- GOMES, Angela Maria de Castro. História e historiadores: A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

OS USOS DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: AS POLÍTICAS CULTURAIS E O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL COMO INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO ESTATALJEANINY SILVA DOS SANTOS

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / IPHAN, 1996.

Jeaniny Silva dos Santos
Mestranda PPGH-PUCRS
jeaninyssantos@gmail.com

MAIA, Tatyana de Amaral. Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975) / organização da coleção Lia Calabre. -São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012. 260 p.

MICELI, Sergio. (Org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984
_____. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Política Nacional de Cultura. Brasília, 1975.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A cultura como campo de inovações organizacionais. IN: Revista Interseções. v. 16 n. 1, p. 9-110, jun. 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: passado e presente. IN: _____ (Org.) ROCHA, Renata (Org.). Políticas Culturais. Salvador: EDUFBA, 2012. p.29-48